



30 DE AGOSTO 2010
Segunda-feira

- **CNI - CLIPPING NACIONAL E INTERNACIONAL**
- **CUSTO DO CAPITAL DE GIRO PREJUDICA INDÚSTRIA BRASILEIRA**
- **LUPI PREVÊ FORTE GERAÇÃO DE EMPREGOS ATÉ O FIM DO ANO**
- **EMPREGO CRESCEU E SALÁRIO QUASE ESTABILIZOU NO ESTADO**
- **FIEP E SICOOB FECHAM PARCERIA NA ÁREA DE CRÉDITO**
- **MPE DATA AMPLIARÁ ACESSO AO MUNDO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS**
- **CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS DEVE SER RECOLHIDA ATÉ 31/8**
- **QUOTA DO IRPF COM VENCIMENTO AMANHÃ, 31/8, TERÁ 3,40% DE JUROS**
- **IGP-M APRESENTA VARIAÇÃO DE 0,77% EM AGOSTO**
- **PRAZO PARA RECOLHIMENTO VENCE EM 6/9**
- **EMPRESA PODERÁ DEDUZIR DOAÇÃO DE MATERIAL PARA CASA POPULAR**
- **PROPOSTA RESTITUI IMPOSTO PAGO POR CONTRIBUINTE DE BAIXA RENDA**
- **EMPREGADOR QUE SE APROPRIAR DE GORJETA PODERÁ SER PRESO**
- **AMPLIADAS AS FORMAS DE PAGAMENTO DO BENEFÍCIO**
- **NAS ELEIÇÕES DE OUTUBRO, CERCA DE 200 DOS 420 DEPUTADOS QUE CONCORREM À REELEIÇÃO NÃO DEVEM GARANTIR A VAGA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2011**

Câmbio		
Em 30/08/2010 às 17h35		
	Compra	Venda
Dólar	1,758	1,759
Euro	2,226	2,227

Fonte: BACEN

CNI - CLIPPING NACIONAL E INTERNACIONAL

30/08/2010 – CNI

Em anexo.

CUSTO DO CAPITAL DE GIRO PREJUDICA INDÚSTRIA BRASILEIRA

30/08/2010 – Gazeta do Povo

O custo dos financiamentos para capital de giro - isto é, o dinheiro gasto com as despesas do dia a dia das empresas, como água, energia, salários e matérias-primas, entre outras - representa 6,7% do preço dos produtos industrializados fabricados no Brasil, revela um estudo inédito do Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O peso da despesa com financiamentos nos preços dos produtos fabricados aqui é mais que o triplo do registrado em um grupo de cinco países, que inclui Chile, Itália, Japão, Malásia e Noruega, cuja metodologia de cálculo de juros é compatível com a do Brasil.

Na média desse conjunto de países, a fatia do gasto com capital de giro no preço final dos produtos industrializados é de 1,97%. Os números se referem aos custos financeiros para o ano passado. Outro impacto do elevado gasto financeiro é a redução na capacidade de investimento das empresas, que passam a usar recursos próprios para financiar as despesas do dia a dia. Com isso, sobram menos recursos para ampliar a capacidade de produção ou aperfeiçoá-la.

O custo do capital de giro foi apontado pelos empresários como o segundo maior obstáculo ao crescimento da indústria. De acordo com pesquisa feita pela Fiesp no segundo trimestre deste ano, em mil indústrias, 11% delas informaram que juros e crédito são barreiras ao crescimento. Esse quesito só perde para a tributação, apontada por 65% das indústrias como o principal obstáculo para a expansão dos negócios.

LUPI PREVÊ FORTE GERAÇÃO DE EMPREGOS ATÉ O FIM DO ANO

30/08/2010 – O Estado do Paraná

O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, afirmou hoje que o País terá um forte aumento dos postos de trabalho até o fim do ano. "Houve uma acomodação em junho e julho, mas alcançaremos 2,5 milhões de novos empregos este ano", afirmou, durante seminário no Rio de Janeiro. Segundo o ministro, os números refletem o bom desempenho de toda a economia. "Se a economia vai bem, o mercado formal também vai bem", disse. "Não conheço nenhum empresário que contrate quando tem prejuízo ou que demita tendo demanda", completou.

Lupi fez um apanhado da criação de empregos desde 2003 e afirmou que, a partir de então, foram abertos cerca de 14 milhões de postos de trabalho, passando para aproximadamente 42 milhões. "Em 2003, havia 28 milhões de empregos formais. Em sete anos, gerou-se 50% do total de emprego formal existente", declarou.

O ministro disse ainda que dará atenção ao problema de escassez de mão de obra da indústria offshore e comentou sobre a possibilidade de contratação de profissionais estrangeiros. "Não posso tirar emprego de brasileiros, mas não dá para impedir o setor de crescer e gerar mais empregos indiretos", disse.

Durante o seminário da indústria offshore no Rio, a presidente do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Rio (SindaRio), Marianne Von Lachmann, relatou o problema. "A escassez de mão-de-obra marítima gera uma tensão imensa. Não há tripulantes oficiais", declarou. Para o ministro, uma solução é possível. "A Thyssen pediu autorização para a vinda de 1.200 chineses. Negociamos para cerca de 600", disse o ministro sobre a contratação de profissionais estrangeiros para a construção da coqueria da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), inaugurada em junho. "Não tendo profissionais brasileiros, é preciso ter a consciência de que é preciso permitir (a contratação de estrangeiros)", declarou.

EMPREGO CRESCER E SALÁRIO QUASE ESTABILIZOU NO ESTADO

28/08/2010 – O Estado do Paraná

O Paraná teve um crescimento de 5,35% no total de trabalhadores, entre 2008 e 2009, superando a média nacional, de 4,5%. Porém, os salários médios aumentaram menos que na maioria do País.

Segundo análise do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), feita com base na Rais (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho, e divulgada ontem, o desempenho na geração de empregos foi o quinto melhor desde 1994, apesar dos efeitos da crise.

O Estado fechou o ano passado com 2,64 milhões de trabalhadores, quase 134 mil a mais que no ano anterior - em números absolutos, o total é o terceiro maior no intervalo analisado.

Para o Dieese, nos últimos 15 anos o crescimento nos empregos formais foi forte: em 1994, o estoque de trabalhadores no Estado era de 1,43 milhões de postos de trabalho.

A entidade, no entanto, aponta dois comportamentos distintos nesse período, com baixo crescimento até 1999 e aumentos maiores e constantes depois de 2000. A modificação foi atribuída à "mudança da política cambial tendo como consequência a desvalorização do real frente ao dólar e o aumento das exportações."

Por outro lado, a análise do Dieese apontou que o salário médio dos trabalhadores, no Estado, aumentou menos que a média nacional. Aqui, o acréscimo nos vencimentos de dezembro foi de 5,7% em relação ao mesmo mês de 2008, passando de R\$ 1.307,99 para R\$ 1.382,05.

A porcentagem é a quinta menor entre os estados brasileiros. O aumento real, em que é descontada a inflação do período, foi de 1,6% - a média nacional ficou em 2,7%.

Com o pequeno aumento, os salários no Estado também continuaram abaixo da média nacional, que passou para R\$ 1.535,74 e aumentou 6,9%. Ainda assim, o Paraná não ficou com o pior desempenho da região Sul, posição que coube ao Rio Grande do Sul (5,72%).

O maior acréscimo aconteceu em Roraima (15,7%, para R\$ 1.719,08) e o pior, no Amazonas (2,1%, para R\$ 1.538,54). A maior média é do Distrito Federal (R\$ 3.338,84) e a menor, da Paraíba (R\$ 1.091,64).

Setores

O segmento da economia paranaense que mais empregou pessoas em 2009 foi o de serviços, com 29,5% (779,5 mil postos) do total de empregos. Em seguida veio a indústria, com 23,5% (620,2 mil empregos) com destaque para o subsetor de alimentos, bebidas e álcool, que representou 7,2% das vagas. O comércio veio na terceira posição, com 20,8% (548,6 mil empregos), com destaque para o varejo (17,5%).

Já a maior variação em relação a 2008 aconteceu na construção civil, que aumentou em 15,3% seus postos de trabalho. A administração pública (12,6%), o comércio (4,5%) e os serviços (4,3%) vieram em seguida. Os piores desempenhos foram na agropecuária (1,2%) e nas indústrias extrativa mineral e de transformação (1,9%)

FIEP E SICOOB FECHAM PARCERIA NA ÁREA DE CRÉDITO

30/08/2010 – FIEP

Pelo acordo, micro e pequenas empresas ligadas à Fiep terão acesso a uma linha com condições especiais

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) fechou uma parceria com o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) para reduzir o custo do crédito para micro e pequenas empresas. Pelo acordo, as indústrias ligadas à Fiep com faturamento de até R\$ 10,5 milhões terão acesso a uma linha de até R\$ 50 mil, com prazo de pagamento de até 36 meses e uma taxa de juros composta pelo CDI mais 0,5% a 0,7% ao mês.

"É o primeiro acordo do gênero fechado pela Fiep e que abre uma nova fonte de crédito para a indústria", diz Andrezza Oikawa Rocha, coordenadora da área de fomento da Fiep, que hoje representa 97 sindicatos paranaenses. Para usar os serviços do Sicoob, as empresas precisam ser cooperadas do sistema. Além da linha de crédito, o Sicoob oferece serviços bancários, cartões de crédito e fundos de investimento, como qualquer instituição bancária.

MPE DATA AMPLIARÁ ACESSO AO MUNDO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

27/08/2010 – SEBRAE

Nova ferramenta virtual do Sebrae será lançada na terça-feira (31), paralelamente à terceira edição do Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa, com números de 2008 e 2009.

Brasília - O Sebrae lançará, às 11 horas da próxima terça-feira (31), no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), em Brasília, o MPE Data, um site com informações sobre o mundo dos micro e pequenos negócios, e a terceira edição impressa do Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa, com números de 2008 e 2009. O anuário foi produzido pelo Sebrae em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Participam do lançamento o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, e os diretores Técnico e de Administração e Finanças da instituição, respectivamente Carlos Alberto dos Santos e José Cláudio dos Santos. Também estará presente o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz.

O MPE Data é uma ferramenta virtual do Sebrae que consolida e reúne num único local os principais dados, estatísticas e estudos oficiais sobre os micro e pequenos negócios. Ele inclui informações que estão no banco de dados do Sebrae e outras que estavam fragmentadas e dispersas em diversas órgãos.

O objetivo é tornar fácil e ágil o acesso a essas informações pelos empreendedores e por todos os que utilizam esses dados, como formuladores de políticas públicas, gestores públicos e pesquisadores. "Isso possibilita ampliar conhecimentos e oportunidades para os micro e pequenos negócios", explica o gerente de Gestão Estratégica do Sebrae, Francisco Cesarino.

A ferramenta permite o acesso a cerca de 2,5 mil informações diretas de aproximadamente 10 diferentes fontes de informações. Também é possível acessar bases de dados mais detalhados como estudos e estatísticas a respeito desses negócios.

O MPE Data informará desde o número de micro e pequenas empresas no País, aonde estão e em que setores mais atuam, até quantos são e qual é o perfil dos seus empregados, quantas exportam, qual a taxa de sobrevivência, quantas estão no Simples Nacional e quantas participam das compras governamentais, além do número de empreendedores individuais.

O site reúne informações de órgãos como o MDIC, Receita Federal do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministérios do Planejamento e do Trabalho e Emprego, Dieese e a Fundação Seade. Há também informações do próprio ambiente do Sebrae, como os números relativos à regulamentação, nos municípios, da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/06).

Alguns dos principais números do Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa também estarão disponíveis no MPE Data a partir de 31 de agosto, com dados de 2008 e 2009 abrangendo desde o número de negócios formais até o perfil de empregadores e empregados nesses estabelecimentos e respectivos rendimentos.

Ferramenta acessível

A partir do seu lançamento o MPE Data poderá ser acessado no endereço www.mpedata.com.br. É uma ferramenta fácil de usar. A imagem central é o mapa do Brasil. "Para obter detalhes sobre determinado estado é só clicar sobre sua

imagem para abrir um resumo dos indicadores daquela Unidade Federativa”, exemplifica o analista de gestão estratégica do Sebrae, Leonardo Mattar.

Serviço: Agência Sebrae de Notícias - (61) 8118-9821 e (61) 9977-9529 (Alessandro Soares)

www.agenciasebrae.com.br

CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS DEVE SER RECOLHIDA ATÉ 31/8

30/08/2010 – Notas COAD

No dia 31/8 vence o prazo para recolhimento, sem acréscimo, da contribuição sindical descontadas dos empregados.

Estão obrigados ao recolhimento todos os empregadores, assim definidos pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

O fato gerador do recolhimento é a remuneração do mês de julho/2010 dos empregados admitidos em junho/2010, que não sofreram desconto no mês de março/2010.

A penalidade por recolhimento fora do prazo corresponde a:

a) multa: 10% sobre o valor da contribuição, nos primeiros 30 dias, acrescida de 2% por mês subsequente de atraso;

b) juros: 1% ao mês ou fração.

QUOTA DO IRPF COM VENCIMENTO AMANHÃ, 31/8, TERÁ 3,40% DE JUROS

30/08/2010 – Notas COAD

As pessoas físicas que optaram pelo parcelamento do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual do exercício de 2010, ano-calendário de 2009, deverão crescer ao valor de cada quota, a partir da segunda, juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto para a entrega da declaração até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento.

Sendo assim, a 5ª quota do referido imposto, que vencerá nesta terça-feira, dia 31-8-2010, se recolhida no período de 1 a 31-8-2010, deverá ser acrescida de juros de 3,40%, a ser informado no campo 09 do Darf.

IGP-M APRESENTA VARIAÇÃO DE 0,77% EM AGOSTO

30/08/2010 – Notas COAD

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) registrou em agosto variação de 0,77%. No mês anterior, a taxa foi de 0,15%. Os três componentes do IGP-M apresentaram as seguintes trajetórias, na passagem de julho para agosto: IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), de 0,20% para 1,24%; IPC (Índice de Preços ao Consumidor), de -0,17% para -0,27% e INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), de 0,62% para 0,22%.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

PRAZO PARA RECOLHIMENTO VENCE EM 6/9

30/08/2010 – Notas COAD

Em 6/9 (segunda-feira), vence o prazo para recolhimento, sem acréscimo, do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Está obrigado ao recolhimento todo empregador, urbano ou rural. O empregador doméstico, quando tiver optado, também fica obrigado ao recolhimento.

O fato gerador do recolhimento é a remuneração do mês de agosto/2010.

O arquivo SEFIP deverá ser transmitido com as informações à Previdência Social, mesmo que não haja recolhimento ao FGTS.

EMPRESA PODERÁ DEDUZIR DOAÇÃO DE MATERIAL PARA CASA POPULAR

30/08/2010 – Notas COAD

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 7758/10, do Senado, que prevê a dedução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) para empresas que doarem materiais de construção para programas governamentais de habitação popular.

Pela proposta, o incentivo beneficiará empresas tributadas com base no lucro real, que poderão deduzir do Imposto de Renda devido 50% do valor das doações de materiais de construção, até o teto de 5% do valor do imposto devido.

Segundo a proposta, as doações poderão ser feitas para programas de habitação popular a cargo da União, dos estados ou dos municípios.

A autora do projeto, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), esclarece que o objetivo da medida é permitir que o problema social do déficit habitacional de famílias com renda inferior a cinco salários mínimos deixe de ser enfrentado apenas pelas próprias populações carentes, que contam com escasso auxílio do poder público.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será examinado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

PROPOSTA RESTITUI IMPOSTO PAGO POR CONTRIBUINTE DE BAIXA RENDA

30/08/2010 – Notas COAD

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 7435/10, do deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC), que estabelece o ressarcimento aos contribuintes de baixa renda, durante cinco anos, do valor dos tributos que tiver pago no ano anterior (federais, estaduais, distritais e municipais) com o objetivo de combater a pobreza.

O projeto abrange os impostos diretos, como o Imposto de Renda, e os indiretos, como o IPI (sobre produtos industrializados) e ICMS (sobre circulação de mercadorias e serviços). A forma de devolução, segundo o projeto, será definida em regulamento a ser elaborado pelo Poder Executivo.

Conforme a proposta, os cidadãos com renda de até R\$ 510 terão de volta a totalidade dos impostos pagos. Já o percentual a ser devolvido àqueles que tem renda entre R\$ 511 e R\$ 1.530 será fixado em regulamento, condicionado à existência de dotação orçamentária.

A proposta estabelece que os valores a serem devolvidos serão corrigidos, anualmente, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O gasto será custeado com recursos do Orçamento, excesso de arrecadação, superávit financeiro e doações.

Diminuição da desigualdade

"O ressarcimento do valor dos tributos permitirá a diminuição da desigualdade de renda, com reflexos imediatos na melhoria na qualidade de vida dos cidadãos pobres. Dessa maneira, o projeto constitui-se como mecanismo de garantia ao exercício do direito à educação, à saúde, à cultura e ao lazer pelas classes menos favorecidas da sociedade brasileira", destaca o autor da proposta.

O projeto determina ainda que o ressarcimento seja pago em espécie pela Fazenda Nacional, independentemente de requerimento do interessado. Além disso, não será considerado como parte da renda mensal do cidadão. Se aprovada, a lei terá validade de cinco anos contados da data que entrar em vigor.

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter, será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara.

EMPREGADOR QUE SE APROPRIAR DE GORJETA PODERÁ SER PRESO

30/08/2010 – Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 7443/10, do Senado, que caracteriza como crime a apropriação de gorjeta pelo empregador, com pena de reclusão de um a quatro anos e multa, conforme o artigo 168 do Código Penal (apropriação indébita).

Ainda segundo o texto, em caso de apropriação indevida, o empregador será obrigado a devolver a gorjeta a seu funcionário em até 48 horas, acrescida de 50% do valor devido. A cada período de 48 horas, se não houver devolução, a quantia a ser devolvida é acrescida de 50%.

A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei 5.452/43). Segundo a lei vigente, a gorjeta é parte integrante da remuneração do empregado, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador. Considera-se gorjeta a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado e também a cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas e destinada aos empregados.

Reivindicação de garçons

O autor do projeto, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), diz que os garçons "são compelidos a aceitar acordos desvantajosos para poder receber, ainda que infimamente, a contraprestação de seu trabalho". A outra alternativa, segundo ele, é "aguardar a dolorosa tramitação dos processos trabalhistas".

Marcelo Crivella destaca ainda que a apropriação da gorjeta pelo empregador importa em dupla infração. Além da apropriação indevida do que foi destinado ao empregado, o patrão incorpora o valor ao seu patrimônio sem recolher os tributos devidos, como ISS, PIS, IRPJ, CSLL e Cofins.

Tramitação

O projeto será analisado em regime de prioridade pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá para o Plenário.

Fonte: Agência Câmara

AMPLIADAS AS FORMAS DE PAGAMENTO DO BENEFÍCIO

30/08/2010 – Notas COAD

Foi publicada no Diário Oficial desta segunda-feira, dia 30-8-2010, a Resolução 651 CODEFAT, de 26-8-2010, que altera a Resolução 467 CODEFAT, de 21-12-2005 (Informativo 52/2005), que estabelece procedimentos relativos à concessão do Seguro-Desemprego.

O pagamento das parcelas do seguro-desemprego, que antes era realizado somente em espécie, por meio do uso do Cartão do Cidadão ou apresentação de documentos de identificação, também poderá ser efetuado mediante crédito em Conta Simplificada ou Conta Poupança em favor de beneficiário correntista da CAIXA, sem qualquer ônus para o trabalhador.

O beneficiário que não desejar receber as parcelas do seguro-desemprego por meio de crédito em Conta Simplificada ou Poupança, deverá solicitar formalmente ao agente pagador a sua suspensão, no prazo de até 10 dias após o recebimento da parcela nas agências bancárias.

NAS ELEIÇÕES DE OUTUBRO, CERCA DE 200 DOS 420 DEPUTADOS QUE CONCORREM À REELEIÇÃO NÃO DEVEM GARANTIR A VAGA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2011

30/08/2010 – Notas Gestão Sindical

"As vantagens da eleição daqueles que já estão no cargo, o alto custo da campanha e a má imagem do Parlamento contribuem para que a renovação seja menor em 2010 do que a média histórica, mas ainda é um índice muito elevado em relação ao dos outros parlamentos", avalia o assessor político do Diap Antonio Augusto de Queiroz.

Essa alta rotatividade, no entanto, não significa renovação política. "Quem vai ocupar essas novas vagas na Câmara não serão pessoas sem experiência no poder, mas ex-secretários, ex-ministros e ex-deputados. Dessa forma, trata-se apenas de uma circulação no poder", acredita Queiroz.

Embora a renovação quantitativa seja inferior à média, Queiroz avalia que haverá uma mudança de comportamento dos parlamentares, em razão da Lei da Ficha Limpa (LC 135/10). "Ainda que sejam as mesmas pessoas, elas terão de agir de maneira diferente em relação à transparência, à fiscalização. A Ficha Limpa teve um papel

estratégico nessa mudança cultural, de modo que o próximo Congresso seguramente será melhor do que o atual", prevê.

Ambição e desistência

O número de deputados candidatos à reeleição neste ano caiu em relação a 2006. São 420 deputados que buscam a reeleição em 2010, contra 445 em 2006. Em compensação, o número de deputados candidatos a cargos majoritários no sistema político brasileiro, no Senado ou no Executivo, aumentou 66% em comparação com 2006.

O número de deputados que buscam uma vaga no Senado dobrou: 32 se candidataram ao Senado em 2010, enquanto apenas 16 pleitearam o mesmo cargo em 2006. Para o assessor do Diap, além da oferta maior de vagas no Senado em 2010, a expectativa de que a renovação entre os senadores seja maior motiva a busca dos deputados pelo Senado.

"Muitos senadores desistiram de se recandidatar, e aqueles que buscam a reeleição terão dificuldade em renovar os seus mandatos. Por isso, acredito que o índice de deputados eleitos senadores em 2010 será significativo, correspondente ao mesmo número de ex-governadores", disse Queiroz.

Também aumentou o número de deputados que desistiu de se candidatar a qualquer cargo. Foram 22 deputados em 2006 e, agora, são 32. Segundo Antônio Augusto de Queiroz, os desistentes podem ser divididos em dois grupos: a maioria são parlamentares que não teriam condições de se reeleger e, por isso, desistiram; e existe um grupo que desistiu do Congresso pela má imagem do Parlamento.

"Existem nomes com influência, como os deputados Ibsen Pinheiro, Fernando Coruja e Roberto Magalhães, que desistiram de se candidatar por conta do alto custo da campanha e porque não se sentiram estimulados a permanecer no Congresso", avaliou.

Fonte: Agência Câmara

Autor: Redação

Data: 29/8/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/nacional/materia.asp?idmateria=3254>